



Anais da Assembléia

N.º 54

CURITIBA, TERÇA-FEIRA EM 11 DE JUNHO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 47.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 1985.

(TERÇA-FEIRA).

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, Secretariada pela Senhora Deputada Amélia Hruschka e pelo Senhor Deputado Ferrari Júnior.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (57). Achando-se em licença o Senhor Deputado Artagão Mattos Leão (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º Secretário - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja dado "Regime de Urgência" ao Projeto

de Lei n.º 60/85, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Gralha Azul.

Sala das Sessões, em 11/06/85.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, a retirada do Projeto de Lei n.º 55/85, para estudo por 10 (dez) sessões.

Sala das Sessões, em 11/06/85.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n.º 155/82 - de sua autoria, e que visa declarar de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Mafra e Rio Negro.

Sala das Sessões, em 11/06/85.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente..

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JOÃO MANZANO COLVO, ocorrido no dia 03 de junho de 1.985, na cidade de MUNHOZ DE MELLO.

O passamento de João Monzano Colvo veio consternar elevada parcela da sociedade local, onde desfrutava de sólido e exemplar espírito de solidariedade humana deixados como marco de seu honrado trabalho.

O extinto era progenitor do Senhor EDGAR MONZANO atual Delegado de Polícia e sogro do Senhor HELIO BOTURA, destacado comerciante daquele município. Deixou viúva a Sennhora ANTONIA COLVO e vários filhos.

Da decisão do Plenário, REQUER seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11/06/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consig-

nação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JECIR BRANDALISE, ocorrido no dia 03 de junho de 1985.

Tal passamento vem consternar a nossa sociedade, especialmente a de Clevelândia, onde o extinto exercia a função de Cartorário de Registro de Imóveis, tendo inclusive sido candidato a prefeito daquele município pelo P.M.D.B.

Face aos dotes morais do extinto, perde a comunidade uma figura de destaque na vida social e política paranaense, onde sempre pautou sua ação na defesa intransigente da causa pública e dos interesses maiores da comunidade.

Da decisão da Casa, requer seja dado ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 11/06/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento em Cascavel do Senhor Natalício Florentino Alves, ocorrido no dia 08 de junho de 1985.

REQUER, ainda, o envio de cópia do presente requerimento à família enlutada, à rua General Osório, 1451 - Cascavel - PR.

Sala das Sessões, em 11/06/85.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Natalício Alves, viveu mais de 30 anos em Cascavel onde criou seus filhos, em número de doze, consagrando sua vida a serviço do desenvolvimento de Cascavel e região Oeste. Constituiu-se um verdadeiro pioneiro, participando ativamente dos acontecimentos políticos, sociais e comunitários de Cascavel.

Amigo de todos, possuía um vasto círculo de relações espalhado por toda a região Oeste do Paraná. Sua vida está plenamente inserida na própria história regional. Sua morte deixa imensa lacuna no seio da sociedade cascavelense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor João Ibba, ocorrido recentemente na Municipalidade de Campo Mourão.

Nascido em Monte Santo, em 7/7/1916, Município situado em Minas Gerais, o

Senhor João Ibba, juntamente com seus familiares, chegou a Campo Mourão em 1968. Neste município iniciou suas atividades como comerciante, contribuindo, desde então, enormemente no processo desenvolvimentista da região mourãoense.

Campo Mourão está de luto. Pois perde não somente um ativo comerciante, mas sobretudo perde um homem probo, cujas atitudes como profissional ou como chefe de família, foram sempre alvo de muitas admirações e exemplos a serem seguidos.

Não poderia, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixar de requerer o devido registro nos Anais deste Poder Legislativo, a tristeza que ainda toma conta dos mourãoenses, face ao desaparecimento do Senhor João Ibba, que deixa viúva a Senhora Emília Polina Ibba e sete filhos.

Sala das Sessões, em 11/06/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na ata de sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor BERTOLDO OBERG, de tradicional família princesina, deixando os seguintes filhos: Senhora Amélia, viúva de Faris Michaelle; Anna Alyria viúva de Carlos Gomes Vilela; Edison c/c Florence Oberg, ocorrido no dia 10 do corrente, em Ponta Grossa.

REQUER, outrossim, seja dado ciência da decisão do Plenário, com envio de expediente à família enlutada, à Rua Augusto Ribas, 761, ap.102 - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/06/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ORLANDO BIM, ocorrido na data de hoje.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11/06/85.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Vereador JOSÉ ABROCEIS e de sua esposa ELEONORA B.

ABROCEIS, em virtude de violento acidente automobilístico, ocorrido dia 30 do mês de maio último.

REQUEREM, ainda, que da aprovação se dê ciência à Câmara Municipal de Altônia.

Sala das Sessões, em 11/06/85.

(aa) TUGUIO SETOGUTTE e
BASÍLIO ZANUSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, voto de congratulações pelo aniversário do Município de Quitandinha, que ocorrerá no dia 13 de junho próximo vindouro.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 11/06/85.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Com base no art.134, § 1.º, inciso VI, do Regimento Interno, o Deputado abaixo-assinado, REQUER, que após ouvido o Plenário, conste da ata da sessão de hoje, um voto de congratulação ao Padre ESTANISLAU KARACZEWSKI.

Nascido no dia 02 de janeiro de 1935, na cidade de Wlodawa, na Polônia, é procedente de uma família bastante numerosa e religiosa.

Terminando o Seminário Maior, foi ordenado sacerdote em 11 de junho de 1960, pelo então Bispo Diocesano Dom Inácio Swinski.

Durante 10 anos trabalhou em diversas paróquias na Polônia.

Em 01 de fevereiro de 1970, chegou ao Brasil, sendo designado a iniciar seu trabalho espiritual na Paróquia de Wenceslau Braz.

Em 19 de dezembro de 1976 foi nomeado Pároco de Santana do Itararé.

Durante 2 anos foi decano no Decanato de Wenceslau Braz.

No ano de 1984, foi eleito representante dos padres na Diocese e decano, em substituição ao padre local, afastado por motivos de saúde.

Nesta data, 11 de junho de 1985, o Padre ESTANISLAU completa 25 anos de sacerdócio, pelo que, com grande satisfação, registramos nossas efusivas congratulações.

Requeiro que, cópia deste expediente seja enviado ao Padre ESTANISLAU KARACZEWSKI.

Sala das Sessões, em 11/06/85.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja manifestado ao Senhor Presidente da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, Luiz Gonzaga Pinto, e ao Senhor Presidente do Sindicato das Indústrias de Madeira de Ponta Grossa, Alcides Luiz Sabedotti, votos de congratulações e cumprimentos, pela realização das solenidades alusivas ao "Dia da Indústria", comemorado a 24 de maio p.passado, e levado a efeito no dia de hoje, ocasião em que serão homenageados, respectivamente, por aquelas Direções, os complexos industriais "SANBRA - Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro" e a "Empresa J. Baron.

Desta decisão, requer, ainda, seja dado ciência àquelas presidências.

Sala das Sessões, em 11/06/85.

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de congratulações pela posse da nova Diretoria da Associação Comercial de Cascavel, presidida pelo empresário Edgar Bueno e pela inauguração das modernas instalações da referida entidade, fatos ocorridos em 07/06/85, quando a ACIC celebrou 25 anos de existência.

Requer ainda envio de cópia à Associação Comercial e Industrial de Cascavel, Caixa Postal, 157 - Cascavel - PR.

Sala das Sessões, em 11/06/85.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial e Industrial de Cascavel celebrou 25 anos de fecunda existência e tem demonstrado ao longo de sua história ser uma entidade geradora de progresso e defensora intransigente dos legítimos interesses da classe empresarial de Cascavel.

Todos os homens que comandaram nesses vinte e cinco anos, contribuíram para que a ACIC se tornasse um alicerce do desenvolvimento da cidade polo do Oeste paranaense.

Sua moderna sede, inaugurada pelo Senhor Governador do Estado simboliza a pujança, a força e a capacidade da classe produtora de Cascavel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações à recém criada Cambé Participações S/A, Empresa fundada em Cambé para capitalizar a poupança da Comunidade para reaplicação na área produtiva da cidade.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Nenhuma nação pode se pretender independente sem conquistar a sua plena autonomia científica, tecnológica e cultural. Não há soberania e autodeterminação, nem tampouco desenvolvimento econômico, sem que um país tenha o domínio da ciência, da sua realidade e das suas necessidades concretas.

Este é o desafio que o Brasil enfrenta. Nação emergente, oitava potência industrial do mundo capitalista, temos que vencer definitivamente a dependência que ainda amarra o desabrochar de nossas capacidades e potencialidades.

Tarefa imprescindível para a afirmação nacional, é o caminho que devemos percorrer, em direção a um desenvolvimento auto-sustentado e auto-centrado.

Neste quadro é que se insere a revista Ciência Hoje, órgão de divulgação científica da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Nascida em julho de 1982, na Regional da SBPC do Rio de Janeiro, por iniciativa de um grupo de pesquisadores de diferentes áreas que, desde 1975, se reuniram em torno da entidade, Ciência Hoje tem por objetivo aproximar a ciência e os cientistas do grande público.

Buscando fazer com que as pesquisas científicas realizadas nos laboratórios do país sejam mais amplamente conhecidas, ela difunde, também idéias e opiniões sobre política científica e educacional, bem como sobre o impacto da ciência na sociedade contemporânea.

Os artigos e notícias publicados, de ciências sociais ou da natureza, são de autoria de pesquisadores e tecnólogos diretamente envolvidos na matéria tratada. O apoio de jornalistas especializados procura facilitar a elaboração de textos acessíveis e atraentes.

Assim, Ciência Hoje está inteiramente comprometida com a forma científica de compreensão da natureza, visando sua aplicação ao conhecimento do cotidiano.

A contribuição desta revista a uma questão tão crucial quanto o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do Brasil é, sem dúvida, inegável.

Aí está o enorme prestígio conquistado por Ciência Hoje, que cada vez mais se afirma como a publicação mais séria que se edita neste país.

O papel desempenhado por Ciência Hoje, de divulgação, valorização e estímulo ao trabalho dos nossos cientistas, é fator que impulsiona e incrementa a pesquisa séria e imprescindível nas mais relevantes esferas de atividade.

Por estas razões e convencido da necessidade de se oferecer todo o apoio a iniciativas desta natureza, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão de um voto de congratulações pelo transcurso do terceiro aniversário da revista Ciência Hoje, órgão de divulgação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Outrossim, solicito que a decisão deste Plenário seja dado conhecimento aos editores daquela publicação, Professores Darcy Fontoura de Almeida e Ennio Candotti, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao Rotary Club de Campo Mourão "Gralha Azul" pelos seus seis anos de fundação bem como pela eleição do seu novo Conselho Diretor (que tomará posse no próximo dia 25 de junho) para o ano rotário de 85/86, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Walter Baptista dos Santos Júnior, Presidente-eleito.

O Rotary Club de Campo Mourão "Gralha Azul" foi fundado há seis anos como resultado da união de importantes segmentos sociais mourãoenses, preocupados com as questões que diziam respeito aos mais variados problemas angustiantes da população mais carente; ou que falassem, também, da defesa dos potenciais existentes naquele município.

Decorridos seis anos de sua fundação, o Rotary Club é, nos dias de hoje, presença marcante como indispensável no processo desenvolvimentista mourãoense. Suas atividades como atribuições, têm atingido um número cada vez maior de pessoas, fruto exatamente da militância intensa dos rotarianos.

Os anais deste Poder Legislativo não poderiam deixar de registrar através do

presente Requerimento, os seis anos de existência do Rotary Club de Campo Mourão "Gralha Azul". Mais do que isto, constar também a importância que aquela entidade tem, cuja atuação os mourãoenses se orgulham muito, e depositam, em mais esta oportunidade, a confiança em seu novo Conselho Diretor, abaixo subscrito:

Presidente:

Walter Baptista dos Santos Júnior;

Vice-Presidente:

Alicione Jacob de Souza;

1.º Secretário:

Celso Hironobu Tanaka;

2.º Secretário:

Raphael André Netto;

1.º Tesoureiro:

Carlos José B. Galbier;

2.º Tesoureiro:

Antonio de Melo;

1.º Protocolo:

Nadir Rosa de Lima;

2.º Protocolo:

Edilberto Stadler de Paula;

Serviços Internos:

José Turozi;

Serviços Profissionais:

Carlos Matsura;

Serviços à Comunidade:

Luiz Pepinelli;

Serviços Internacionais:

Waldir Montemezzo;

Diretores sem Pasta:

Osvaldo Broza,

Assis Fraiz Alves e

Luiz Carlos Cavalheri.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1985.

(a0 RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor General Waldir Eduardo Martins, Comandante da 5.ª Região Militar, para que estenda a dispensa obrigatória do Serviço Militar, a jovens da Zona Rural, como ocorreu recentemente, com Maringá, aos Municípios da região que são essencialmente agrícolas a saber: ATALAIA/ CRUZEIRO DO SUL/ DOUTOR CAMARGO/ FLORAÍ/ FLORESTA/ ITAMBÉ/ IVATUBA/ MARIALVA/ MANDAGUARI/ MANDAGUAÇU/ NOVA ESPERANÇA/ OURIZONA/ PAIÇANDU/ PARANACITY/ PRESIDENTE CASTELO BRANCO/ SARANDI/ SANTA FÉ/ SÃO JORGE DO IVAÍ/ UNIFLOR.

Com a liberação desses jovens no Município de Maringá, os jovens da zona rural dos Municípios acima mencionados irão deslocar-se à Maringá, para o Alistamento Militar, provocando assim problemas ao Município.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1985.

(a FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Caixa Econômica Federal, solicitando informações de quanto em apostas, foram arrecadadas, da Loteria Esportiva, Loto e Loteria Federal, no exercício de 1984 e, ainda, nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio, do corrente ano, no Estado do Paraná e quanto dessa arrecadação, por item, retornou ao nosso Estado.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária do Estado da Educação, encarecendo a realização de obras visando ampliar duas salas de aula existentes na Escola Estadual José Anchieta, localizada na Municipalidade de Juranda.

A iniciativa é do Excelentíssimo Senhor Diemes Amadei. Na qualidade de Chefe do Executivo Municipal Jurandense, este tem demonstrado sua preocupação quanto a real necessidade de se ampliar as instalações daquele conceituado estabelecimento de ensino. Para tanto, torna-se indispensável o apoio dessa FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação, garantindo a destinação de recursos financeiros.

Diante da exposição de motivos, aguarda-se o pronto atendimento do que ora é reivindicado, tendo em vista a sua inegável importância para o setor educacional daquela cidade.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Adhail Sprenger Passos, abaixo assinado, no uso de suas atribuições, REQUER, ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o estudo anexo- "Proposta de Melhoria Salarial para o Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura TC-1500", elaborado pelas Associações dos Engenheiros Estatutários

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após consulta ao Plenário, o envio de solicitação ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Doutor Affonso Alves de Camargo Netto, para que determine ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem que providencie o imediato reinício do recapeamento da pista de rolamento da Rodovia BR-277, paralisado em razão da falta de recursos.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia BR-277, que liga Paranaguá a Foz do Iguaçu, é uma das mais importantes do País e, inclusive, com especial significação econômica e política nas relações internacionais do Brasil, porque serve para escoamento de produtos paraguaios e da região norte da Argentina. Sua importância nacional é destacada por ser essa rodovia o principal escoadouro de toda a produção agrícola do Oeste e do Sudoeste do Paraná. Além disso, trata-se de um dos mais importantes elos na movimentação de turistas tanto em direção ao litoral paranaense como à região de Foz do Iguaçu, que constitui o segundo maior pólo turístico do País. No momento, a pista de rolamento da BR-277 apresenta-se em sua maior extensão, em condições precárias, especialmente no trecho entre Ponta Grossa e Cascavel, ocasionando acidentes às vezes com vítimas fatais, em decorrência dos inúmeros defeitos, como falta de acostamentos, afundamento da pista, enormes buracos, trechos praticamente sem pavimento e sinalização precaríssima, o que está ocasionando elevados prejuízos à movimentação de cargas de passageiros com graves reflexos na economia brasileira e acentuadamente na paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, solicitando a criação do Distrito Judiciário de São José, Município recentemente criado pela Lei n.º 8.075, de 17.04.85.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1985.

JUSTIFICATIVA:

Em 17 de abril deste ano, o Governador José Richa sancionou a Lei n.º 8.075, criando o Município de São José que se deligou oficialmente de Santa Helena. Mesmo assim, o mais recente município paranaense, apesar de ter uma população de mais de 10.000 habitantes e uma intensa atividade agrícola, até o presente momento não dispõe de um Distrito Judiciário para atender a seus cidadãos. Atualmente os moradores do Município são obrigados a se deslocarem de 40 quilômetros até Santa Helena para tratarem de suas causas judiciais.

É nesse sentido que formulamos o presente apelo, e temos a certeza que merecerá do Poder Judiciário o melhor de suas atenções, já que a sua finalidade, como sempre, atento às justas reivindicações do nosso povo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, solicitando a inclusão no anteprojeto do Novo Código de Organização Judiciário do Estado de mais uma Vara Cível na Comarca de Toledo.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1985.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação se faz tendo em vista que Toledo é hoje um Município com uma população aproximadamente de 100.000 habitantes, possuindo 46.376 eleitores inscritos até abril de 1983, o que vem provar o crescente desenvolvimento que se verifica a cada ano que passa. Conseqüentemente, é urgente a criação de novos órgãos públicos, aumentando a estrutura de prestação de serviços para aquela comunidade.

Atualmente, enormes prejuízos vem tendo aquela população em função do grande volume de processos em andamento na única Vara Cível existente, o que provoca uma razoável demora na solução das questões em pendência, tendo em vista ainda, que a Comarca de Toledo, se estende em sua jurisdição, até o Município de Nova Santa Rosa.

Neste sentido é que se encaminha o presente apelo ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, sempre atento às reivindicações de nosso povo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, solicitando a criação do Distrito Judiciário de São Pedro, em Toledo, no novo Código de Organização Judiciária do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1985.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

Há cinco anos foi criado o Distrito Administrativo de São Pedro (Lei Estadual n. 7.211, de 17 de novembro de 1979), estando assim atendidas as condições para a criação do Distrito Judiciário.

Por outro lado, São Pedro, já conta atualmente com mais de 11 mil habitantes, sendo 4.800 moradores na área urbana, e a ausência do Distrito Judiciário vem causando sérios prejuízos àquela população que tem de se locomover cerca de 30 quilômetros até Toledo, para tratar de suas questões judiciais.

Neste sentido é que se encaminha o presente apelo ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, sempre atento às reivindicações de nosso povo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a realização de estudos de viabilidade e implantação de pista dupla pavimentada, acompanhando o traçado já existente, em trecho de cerca de um quilômetro da PR- 182 (Rodovia Toledo-Palotina), compreendido entre o trevo de acesso a Toledo, na BR-467, e o trevo de acesso às rodovias que demandam para Assis Chateaubriand e Palotina.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1985.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

O citado trecho da rodovia Toledo-Palotina absorve o tráfego de veículos da cidade num local já saturado pelo volume de trânsito decorrente de sua condição de entroncamento rodoviário por onde trafegam todos os veículos oriundos da região de Cascavel e da cidade de Toledo com destino aos Municípios de Palotina, Marechal Cândido Rondon, Assis Chateaubriand, Guaíra e tantos outros da região.

E neste percurso já estão instalados

ou em fase de instalação grande número de oficinas mecânicas, empresas revendedoras de máquinas agrícolas e pesadas, além de revendas de caminhões e automóveis, máquinas e tratores, o que demanda maior tráfego.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Secretária de Estado da Educação, GILDA POLI ROCHA LOURES, solicitando autorização para funcionamento dos Cursos de Direito, Licenciatura e Ciências com Habilitação em Biologia e Química e Farmácia Bioquímica para a Faculdade de Ciências Humanas "Arnaldo Busato" (FACITOL) de Toledo.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1985.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

A Educação é fator decisivo na formação de uma sociedade pluralista e no encaminhamento de um desenvolvimento que equilibra harmonicamente o econômico e social.

Nas relações entre educação e sociedade, há dois temas essenciais: a educação como meio de aperfeiçoamento humano termos de participação nos resultados do desenvolvimento e a educação como instrumento do desenvolvimento.

No caso específico da educação universitária o ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento dos conhecimentos e a formação profissional.

Foi dentro desse espírito que nasceu a Faculdade de Ciências Humanas "Arnaldo Busato". A instituição toledana, nesses seus poucos anos de funcionamento, demonstrou que é uma entidade séria e capaz de cumprir os objetivos de uma formação acadêmica que realmente habilite o estudante ao exercício de sua profissão.

Toledo, por seus valores humanos, por sua potencialidade econômica e, especialmente, porque já tem uma entidade de ensino, merece ser contemplado com novos Cursos.

Esperamos que o Conselho Estadual de Educação reconheça essa realidade e, dentro de um critério justo, adote uma posição favorável à implantação dos Cursos de Direito, Licenciatura em Ciências com habilitação em Biologia e Química e Farmácia Bioquímica, na Faculdade de Ciências Humanas "Arnaldo Busato" (FACITOL), mantida pela Fundação Municipal de Ensino Superior de Toledo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado da Administração, José Olímpio de Paula Xavier, solicitando informações às seguintes indagações:

1) Existem estudos visando passar os funcionários públicos estaduais regidos pela CLT a contribuírem com o IPE? Se existem, qual é a conclusão?

2) O Estado está recolhendo para o IPE os 3% do salário de cada funcionário, referente à parte patronal?

3) Porque o Estado paga auxílio funeral apenas para o contribuinte, não estendendo este benefício aos seus dependentes?

4) O funcionário ao se aposentar passa a receber apenas 60% do último salário que percebia quando estava na ativa. Porque não recebe 80% ou 100%?

5) Quantos aposentados pelo Estado existem atualmente, e qual é o percentual de sua contribuição na arrecadação total do IPE?

6) Existe cálculo atuarial atualizado sobre o IPE? Se existe, gostaríamos de ter acesso aos dados. Se não existe, está sendo providenciado? E quando ficará pronto?

Sala das Sessões, em 11/06/85.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

Necessitamos destas informações para nosso estudo, visando possível elaboração de projeto de lei, referente ao sistema previdenciário do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e Esporte, objetivando a liberação de recursos orçamentários a serem aplicados na construção da Casa da Cultura de Iretama.

Na realidade, a construção da Casa da Cultura de Iretama já teve seu início há muito tempo atrás. A referida obra é fruto da mais ampla consulta já feita junto à comunidade, que optou por um empreendimento dessa natureza por entender que o setor cultural daquela cidade, como da região, não dispõe de um local capaz de, efetivamente, dar um verdadeiro impulso às manifestações de cunho cívico, educacional, artístico e tantas outras formas de cultura.

A Administração Municipal, através do Excelentíssimo Senhor Prefeito Humberto Gomes Martins, não tem medido esforços no

sentido de tornar realidade, num menor espaço de tempo possível, a citada obra. Entretanto, a ausência de recursos tem, muito, comprometido o andamento dos trabalhos de edificação do prédio que abrigará a Casa de Cultura.

Os apelos quanto à liberação de recursos orçamentários, junto aos organismos públicos, por parte da Prefeitura, têm sido uma constante. Mas nenhum resultado positivo foi alcançado.

Através da presente solicitação, é de se esperar, conforme deseja a comunidade iretamaense, que essa Secretaria de Estado da Cultura e Esporte determine a liberação de recursos orçamentários capazes de garantir a conclusão das obras da Casa da Cultura.

Sala das Sessões, em 11/06/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública no sentido da construção de uma cadeia no Distrito Administrativo de Bela Vista do Ivaí, pertencente à Municipalidade de Fênix.

Fora de qualquer dúvida, Bela Vista do Ivaí, através do seu povo trabalhador, tem ajudado no crescimento do Município de Fênix, especialmente através das atividades agropastoris. Neste sentido, do ponto de vista do bem-estar de sua população, há a real necessidade de se adotar medidas objetivando oferecer maior segurança e tranquilidade.

A construção de uma cadeia pública naquela localidade tem se constituído numa das mais importantes reivindicações. Já que, deste modo, será possível, quando determinadas as detenções, as mesmas se darem com mais segurança.

Face as razões expostas, aguarda-se dessa Secretaria de Estado da Segurança Pública, o encaminhamento de medidas visando atender a presente solicitação, que inclusive é de iniciativa do Ilustríssimo Senhor Aristóteles Dias dos Santos Filho, antigo morador de Bela Vista do Ivaí e profundo conhecedor das realidades existentes naquele progressista distrito.

Sala das Sessões, em 11/06/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes no sentido da recuperação e conservação da estrada que liga a localidade de Arapuan (pertencente a Municipalidade de Janiópolis) a Municipalidade de Goioerê.

São 22 quilômetros de estrada, cuja maior característica é, sem dúvida alguma, seu péssimo estado, existindo inúmeros buracos de enormes proporções. Tais informações são prestadas por diversos moradores daquela região. Tais proprietários rurais estão a exigir o encaminhamento de medidas urgentes.

Neste sentido, torna-se perfeitamente dispensável comentar a importância daquela estrada que liga a localidade de Arapuan (Município de Janiópolis) ao Município de Goioerê, já que, através da mesma, são escoadas boa parte da produção agrícola lá cultivada.

Sala das Sessões, em 11/06/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo o envio de um congelador para a Escola Estadual Arnaldo Coneglian, localizada no Distrito Administrativo de Bourbônia, pertencente a Municipalidade de Barbosa Ferraz.

O Diretor daquele estabelecimento de ensino do progressista Distrito de Bourbônia, Ilustríssimo Senhor Luizinfí Jagelski, afirma ser de fundamental importância contar com um congelador. Pois, com esse utensílio, será possível principalmente guardar alimentos (conservando-os), destinados a confecção da merenda escolar.

Entretanto, para adquirir um congelador, é indispensável que essa Secretaria de Estado da Educação dentro de sua dotação orçamentária, libere recursos para aquela finalidade.

Sala das Sessões, em 11/06/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Diretores de

Órgãos, à França, Alemanha Ocidental e Iugoslávia, sobretudo no que se refere aos seguintes itens:

- 1- Total do custo da viagem.
- 2- Quem pagou as passagens e estadias?
- 3- Qual o valor global das despesas de viagem?
- 4- Qual a participação do Estado no total do custo?
Qual a origem da verba?
- 5- Roteiro de viagem.
- 6- Elementos que compõe a comitiva.
- 7- Objetivos a serem alcançados.

Sala das Sessões, em 11/06/85

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, do artigo "A HORA DE ASSUMIR RESPONSABILIDADES", do eminente jornalista Roberto Marinho, publicado no jornal "O Globo", em 09 de junho de 1985, o veiculado na "Gazeta do Povo", desta Capital, em 10 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 11/06/85.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Apoiamento: Donato Gulin.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja transcrito nos Anais desta Assembléia Legislativa o editorial publicado no jornal "O PARANÁ", de Cascavel, edição de 09 de junho de 1985, sob o título "UM DIA DE DECISÕES".

Sala das Sessões, em 11.06.85.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

A matéria em foco saúda a visita do Governador José Richa à Cascavel, dia 7 do corrente, dentro do programa de interiorização do Governo, como a melhor já realizada pela atual administração. Ressalta o editorial que José Richa, governando com o povo, pelo povo e para o povo, examinou em Cascavel todos os assuntos e reivindicações partidárias e sem os olhos políticos que poderiam funcionar como órgão de triagem. O anúncio de obras em Cascavel e no Oeste, feito por Richa, foi festejado pelo editorial como um apoio devido à região historicamente e agora resgatado pelo nosso Governador, com inteira justiça, acrescente-se.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 60/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica constituída na Assembléia Legislativa a Comissão Especial para a articulação da Sociedade Paranaense para a criação de proposta que dê conteúdo para um Novo Pacto Social brasileiro, com duração de até 12 meses.

Art. 2.º - A Comissão referida no artigo anterior tem por objetivos:

- a) a criação de anteprojeto de Ato Constitucional a ser adotado pelo Congresso Nacional para a convocação de Assembléia Nacional para a repactuação da Federação Brasileira;
- b) proposta de conteúdo para o Novo Pacto Federal, na visão do povo paranaense.

Art. 3.º - A Comissão referida no Art. 1.º, será composta de 1 (um) Presidente, 1 (um) Vice-Presidente, 1 (um) Relator Geral e 4 (quatro) Relatores Adjuntos.

§ 1.º - Os integrantes da Comissão serão designados pelo Presidente da Assembléia Legislativa, ouvidas as Lideranças dos Partidos Políticos nela representados, partindo do princípio da técnica e do conhecimento específico.

Art. 4.º - O Presidente da Comissão submeterá ao Presidente da Assembléia para o competente destaque de recursos, o orçamento de gastos, assim como o número e a qualidade do pessoal que deverá nela servir.

Art. 5.º - Cabe à Comissão a elaboração e execução da metodologia que atenda aos fins propostos, dentro do prazo constante do Art. 1.º, que vigorará a partir da data de instalação, prevendo atividades que alcancem a todos os Municípios do Estado.

§ 1.º - A metodologia e o calendário de execução serão publicados no Diário da Assembléia, bem como os documentos parciais e final produzidos pela Comissão.

Art. 6.º - A Comissão Especial terá a função de nomear uma Comissão Estadual para a Coleta dos Conteúdos propostos pela Sociedade para um Novo Pacto Federal, composta e com funcionamento previsto na forma do Anexo I desta Resolução.

Art. 7.º - O Presidente da Assembléia Legislativa resolverá as questões imprevistas resultantes da execução desta Resolução.

Art. 8.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua aprovação.

Sala das Sessões, em 11.06.85.

(a) Comissão Executiva.

ANEXO I

Composição e "modus operandi" previstos para a Comissão Estadual para coleta dos Conteúdos propostos pela sociedade para um Novo Pacto Federal.

Capítulo I

Da Composição

- a) Presidentes Honorários:
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.
Governador do Estado;
- b) Presidentes Executivos:
Líderes dos Partidos Políticos na Assembléia Legislativa e Presidentes ou Representantes dos Partidos Políticos;
- c) Secretaria Geral:
Assessoria Técnica da Assembléia Legislativa.

Capítulo II

Dos Convidados

Deverão ser convidados para serem ouvidos, os representantes de todas as Federações, quer patronais, quer dos trabalhadores, públicos e privados, todas as Ordens, Conselhos, Associações de Classe e Comunitárias, e os representantes dos segmentos religiosos e dos meios de comunicação como: rádios, jornais e TVs e ainda as entidades representativas estudantis.

Capítulo III

Das Atribuições

São atribuições da Comissão:

- a) aprovar a sistemática de coleta dos conteúdos para o Novo Pacto Federal;
- b) participar de todos os eventos agendados para a exposição de temas e a coleta de conteúdos para o Novo Pacto Federal;
- c) organizar e supervisionar os Seminários Municipais e Micro-regionais para Estudos Constitucionais e Coleta de Conteúdos para o Novo Pacto Federal;
- d) consolidar as contribuições recolhidas e submetê-las à deliberação do Congresso Estadual para a definição dos Conteúdos do Novo Pacto Federal.

Capítulo IV

Dos Seminários Municipais

Sob a supervisão da Comissão Estadual, reunir-se-á em cada Município um Seminário para Estudos Constitucionais e Coleta de Conteúdos para o Novo Pacto Federal. Caberá ao Prefeito Municipal, Presidente

da Câmara de Vereadores e ao Magistrado, a Presidência dos Seminários Municipais. Deverão ser ouvidos, com a finalidade de se produzir um documento que exprima a proposta municipal de conteúdo para um Novo Pacto Federal, a todos os representantes dos Sindicatos locais, das Igrejas e dos meios de Comunicação, bem como deverá ser a população convidada a se manifestar e participar do processo. Caberá ao Seminário Municipal a tarefa de eleger até 10 (dez) delegados e número igual de suplentes para os Seminários Micro-regionais. Os Seminários encerrar-se-ão com ato em praça pública, com a desejada participação de toda a população.

Capítulo V

Dos Seminários Microrregionais
Os delegados dos Seminários Municipais reunir-se-ão em Seminários Microrregionais, na sede das Microrregiões adotadas pelo Estado.

A Coordenação Microrregional dos Seminários será exercida pelas Associações Microrregionais e pela Comissão Estadual. Os Seminários Microrregionais serão solicitados a:

- a) gerarem o texto consolidado de uma proposta para o Novo Pacto Federal;
 - b) elegerem até 50 (cinquenta) delegados e igual número de suplentes para o Congresso Estadual para a definição dos Conteúdos do Novo Pacto Federal.
- Os Seminários Microrregionais serão encerrados com ato em praça pública com o chamamento prévio das populações.

Capítulo VI

Do Congresso Estadual

O Congresso Estadual para a definição dos conteúdos do Novo Pacto Federal será integrado por:

- a) todos os membros da Comissão Estadual, e Delegados dos Seminários Microrregionais.

O Congresso Estadual, além do documento consolidado pela Comissão Estadual, poderá apreciar outros documentos que lhe forem submetidos.

O Congresso Estadual reunir-se-á na Capital do Estado e editará, para divulgação, o texto final com as conclusões da Comissão Estadual para o novo Pacto Federal.

A Sessão de encerramento do Congresso será realizada no Plenário da Assembléia Legislativa.

Capítulo VII

Do Resultado Final

A intenção de dar profundidade ao movimento para a repactuação da Federação se consolida na medida em que a população

disponha de informações adequadas e oportunas sobre a temática constitucional, e deverá repartir-se sobre a seguinte matéria:

- a) teoria e prática do Estado Federal;
- b) teoria Constitucional e efeitos práticos da Constituição sobre a população;
- c) história Constitucional e da Federação Brasileira;
- d) técnica de elaboração constitucional - a Assembléia Constituinte, sua convocação e funcionamento;
- e) para que a Constituição?
- f) por que uma nova Federação Brasileira?

Os documentos finais sobre a referida matéria comporão a Cartilha Constitucional.

Caberá à Comissão Estadual a tarefa de escrever esta Cartilha.

Capítulo VIII

Da Difusão e Uso

da Cartilha Constitucional

A Cartilha Constitucional será o instrumento que fará surgir uma linguagem, um código de entendimento entre a população, por inteiro chamada a decidir sobre um Novo Pacto Federal, devendo, então, ser distribuída e estudada:

- a) nas Escolas, pelos professores e alunos;
- b) na Indústria e no Comércio, pelos empregadores e trabalhadores;
- c) nas Igrejas, pelos Ministros e fiéis;
- d) nas Famílias, pelos pais e filhos.

Sobre a Cartilha Constitucional, a Televisão, o Rádio e o Jornal serão solicitados a gerar e a divulgar programas especiais que aprofundem o grau de participação consciente da população, na reformulação da Sociedade Nacional.

Caberá à Comissão Estadual o planejamento da distribuição da Cartilha Constitucional.

Capítulo IX

Do Orçamento e Origem dos Recursos

Um Orçamento de fontes e gastos deverá ser elaborado pela Presidência Executiva, para apreciação da Comissão Estadual.

Os Recursos provirão de fundos públicos e contribuições privadas.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 102/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Autoriza o Poder Executivo a conceder pensão especial, no valor equivalente a 3 (três) salários mínimos regionais à escritora MARIA NICOLAS.

Art. 2.º - As despesas decorrentes desta lei correrão pela verba própria do

Orçamento Geral do Estado.

Art.3.º - Os efeitos da mesma vigorão a partir de 1.º de maio do ano em curso, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/06/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se, com o presente, homenagear e gratificar aquela que representa o paradigma do trabalho: MARIA NICOLAS!

Quem não a conhece, sempre ativa, desenvolvendo fecunda e apreciável contribuição ao alevantamento cultural de nosso Estado.

De avançada idade - 86 anos - não esmorece na sua faixa diuturna de trabalho, seja no campo literário como membro de destaque da ASSOCIAÇÃO PARANAENSE FEMININA DE LETRAS, seja participando de pesquisa e elaborando obras para manter viva a memória dos grandes vultos de nossa terra.

Não obstante a deficiência da surdez que a atormenta e as limitações naturais da idade, mantém ritmo admirável no seu labor diário, constituindo-se em exemplo edificante a ser imitado pelos jovens e, também por isso, rendemos-lhe nossas homenagens.

Estes os motivos que nos levam a propor o presente projeto de lei, esperando dos Eminentíssimos Pares apoio e aprovação.

Anexo: Relação das obras escritas por MARIA NICOLAS e que constituem o seu acervo bibliográfico.

RELAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DA ESCRITORA MARIA NICOLAS

Nicolas, Maria
Almas das Rua (Cidade de Curitiba).
Curitiba, Imprensa Oficial do Estado, 1969 - 1974) 2V. ilus. 23 cm.
.....Curitiba, Fundação Cultural, 1984. 103p. 20cm. (volume 4)

Cem Anos de Vida Parlamentar .. Senadores e Deputados Federais. Assembléia Legislativa e Constituintes, 1853 - 1961. 139p. 24cm.

Impressões de viagem: excursão a Manaus. Curitiba, A.M. Cavalcante & Cia. Ltda., 1973. 28p. 24cm.

Sertanistas do Paraná, os esquecidos. Curitiba, Imprensa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 1981. 131p. 20 cm.

apenas... um livro: poesias. Piraquara, Oficinas Gráficas da Penitenciária Central do Estado, 1975.

130 Anos de Vida Parlamentar Paranaense - 1854-1984. Curitiba, Setor de Editoração e Publicações da Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, 1984. 751p. ilus.20cm.

OUTRAS OBRAS DA AUTORA

Ensaaios
E as rosas morreram
Tornamos a viver
Amor que redime
Porque me orgulho de minha gente
Meus apartamentos
Ensino de verbos
Páginas escolhidas
Paraná de antanho
Vultos paranaenses
Cidade de Curitiba
Paranaguá, São José dos Pinhais, Santo Antônio do Sudoeste e Rio Negro
Inverno Florido
Sete artigos
Teatro infantil
Páginas curitibanas.

PROJETO DE LEI N.º 103/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1.º - Fica denominada "Escola Estadual Theofânio Agapito Maltezzo" o estabelecimento de ensino de 1.º grau da cidade de Cafelândia.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, 11.06.85.

(a) EDGAR PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

Com a extinção do grupo Escolar Theofânio Agapito Maltezzo e com a criação do Colégio Estadual de Cafelândia, nada mais justo manter-se o nome e a homenagem a um pioneiro e homem que consagrou uma vida inteira a serviço do desenvolvimento de Cafelândia do Oeste.

Theofânio Agapito Maltezzo, chegou em Cafelândia no dia 20 de agosto de 1950, de Braço do Norte em Santa Catarina. Foi o primeiro representante político de Cafelândia, vereador responsável e atuante nas Sessões da Câmara Municipal de Cascavel em favor de seu povo cafelandiense, deslocando-se para a cidade de Cascavel a cavalo. Sua participação na comunidade era ativa, ajudou a fundar e construir a primeira Igreja, Escola e Usina Elétrica de Cafelândia colaborou com a formação e demarcação do Perímetro Urbano do Município.

Theofânio Agapito Maltezzo faleceu no dia 12 de outubro de 1966 como batalhador de Cafelândia.

PROJETO DE LEI N.º 104/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná:

DECRETA:

Art. 1.º - Sobre produtos e mercadorias comercializados em exposições-feiras, permanentes ou não, incidirá a alíquota de 14%, referente ao Imposto de Circulação de Mercadorias - ICM.

Art. 2.º - Dentro de 60 dias da publicação desta Lei o Poder Executivo baixará a necessária regulamentação, estabelecendo os critérios a seu fiel cumprimento.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, 11.06.85.

(a) Edgar Pimentel.

JUSTIFICATIVA:

A alíquota de 17% de ICM na comercialização de produtos e mercadorias expostos em feiras ou exposições-feiras com sentido muito mais promocional, é fato desestimulante às vendas o que acaba frustrando os objetivos desses certames de alta importância à economia do Estado.

A realização de exposições-feiras, sejam de animais ou de produtos industrializados, impõe elevados custos a seus promotores, grande parte deles entidades de classe sem nenhum fim lucrativo. O intuito dessas iniciativas é o de lançar um produto no mercado consumidor ou de incrementar a sua maior aceitação. Reveste-se muito mais de um sentido promocional - tanto assim que suas realizações são em espaços distanciados de tempo - ao invés do caráter de comércio regular.

Do êxito desses certames resulta apreciável contribuição à economia regional, beneficiando o próprio Estado pela expansão comercial que advirá mais tarde quando o produto voltará a sofrer a incidência de alíquota normal.

Além do mais, concedendo a redução aqui proposta, o Estado se desobriga de contribuir com recursos financeiros de assinalada monta para essas promoções.

Acreditamos que o Governo do Estado, conscientizado da grave crise econômica que se abate sobre as atividades privadas na indústria, agricultura e pecuária, compreenderá os elevados benefícios que a lei ora proposta irá produzir, não lhe negando a sua sanção.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, inscrito.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Lê):
A população sofrida e desesperançada que vê no decorrer do tempo diluir em intensidade crescente a predisposição de tomada de medidas que venham possibilitar uma reposição mais justa e condizente, não obstante a significativa recuperação econômica do Estado.

Diante da gravidade da situação gerada por tal posicionamento e política de ação governamental dos governos anteriores, os engenheiros estatutários do Poder Executivo da Administração Estadual que têm sua carreira regulamentada por legislação própria, foram atingidos por esta política até então adotada.

As prioridades no atual Governo, no entanto, estão voltadas para transporte, saneamento básico, educação, agricultura e preservação do meio ambiente.

Na viabilização de tais objetivos, denota-se uma intensa e decisiva participação das diferentes classes do grupo de engenharia, participação esta que até aqui muito contribui para o engrandecimento do Paraná no desbravamento de estradas e fronteiras agrícolas, na manutenção de estradas, meio de vital importância para escoamento da produção agrícola, considerando-se principalmente sua condição de produto perecível.

A grande predominância dos transportes rodoviários dá origem a um tráfego mais intenso de veículos de carga, o que traz, como consequência, maior deteriorização das estradas de rodagem, exigindo serviços mais frequentes de conservação.

O Paraná é um Estado bem dotado no setor rodoviário, pois com seus 14 mil quilômetros de estradas, mais de oito mil quilômetros são pavimentadas, permitindo a rápida e segura ligação entre os mais longínquos municípios.

A reduzida disponibilidade de recursos humanos e financeiros destinados aos órgãos responsáveis, como sobejo, os comandos dos engenheiros, no caso a Secretaria de Estado dos Transportes e Departamento de Estradas de Rodagem, exige uma participação sempre contínua e efetiva do engenheiro na coordenação, administração e orientação, fiscalização e adoção de normas técnicas.

A excelência da malha rodoviária estadual propicia também o seguro e rápido escoamento dos excedentes de produção agrícola, não só para os outros Estados como também para exportação através do

Porto de Paranaguá.

Destaca-se também a importante participação dos órgãos rodoviários no programa de apoio aos municípios e no programa de assistência ao pequeno produtor rural, de extraordinário alcance social.

De inestimável valor também a participação do engenheiro agrônomo na disseminação, orientação e descoberta de novas técnicas agrícolas e pecuárias no programa de preservação de solos e meio ambiente, na incessante procura de melhor adequação e maior produtividade. Para a adoção e utilização de soluções e técnicas mais simples, conforme o defendido pelo atual Governo e que gere mais mão de obra em detrimento do uso de materiais menos sofisticados, certamente conduzem a uma efetiva participação do engenheiro na racionalização e simplificação dos recursos tecnológicos.

A coragem e perseverança na adoção de técnicas diferenciadas e simplificadas, permite não só um tratamento mais simples com maior participação da comunidade, mas também a realização de maior quantidade de obras eminentemente sociais e de interesse comunitário, proporcionando a racionalização de recursos e seguro fortalecimento da economia, com maiores e mais imediatos dividendos sociais.

Dentro de tal enfoque é inegável a necessidade e participação do engenheiro na elaboração, assistência e disseminação de tecnologias dos mais vitais setores da atividade do Estado, o que assume proporções mais elevadas considerando-se a base da economia e o número de municípios do Estado.

Diante do exposto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, os Engenheiros do Poder Executivo, ocupantes do quadro de engenharia e arquitetura, através da Associação dos Engenheiros Estatutários do Estado do Paraná, elaboraram um estudo de reposição salarial, o qual eu, na qualidade de Deputado e também como Engenheiro, tenho a satisfação de encaminhar, através desta Casa, uma proposição que se encontra sobre a mesa à análise do Plenário, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado José Richa, para apreciação, confiante que tal solicitação terá o devido acolhimento, tendo em vista, principalmente o seu elevado espírito de justiça".

Era só, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Senhor Deputado Ferrari Júnior).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Odeni

Mongruel, inscrito.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Sabemos todos quantos têm sido os desafios e as preocupações decorrentes dessa época de turbulência de uma fase de transição, quando se ensaia uma reorganização das instituições e das estruturas econômicas, políticas e sociais.

Creio estar o empresariado bem conscientes do momento vivido pelo país e os reajustamentos que se ensaia no sentido de uma nova ordem para ajustar o aparato jurídico-institucional e o funcionamento da economia às expectativas emergentes do corpo social.

No momento em que o Brasil atravessa essa fase de transição, acredito que no empresariado, especialmente no empresariado industrial, se assenta a grande responsabilidade de represar métodos e conceitos, de cooperar, ativamente, no estabelecimento de um novo método, de um novo modelo para nossa economia, de opinar e contribuir para os ajustes que se fazem necessários.

Como político e não como especialista em matéria econômica, tenho a impressão que as grandes potências que dispõem de terras para o cultivo, só se tornaram grandes produtores agrícolas a partir de um vigoroso processo de industrialização, processo licenciado pela apropriação de renda gerada na agricultura ou de outras apropriações.

No Paraná, depois de 15 anos de hegemonia como produtor nacional de café, com as nevascas de 1975, a nossa cafeicultura sofreu um terrível percalço, levado à ociosidade de boa parte de toda a estrutura montada em função do produto. Isto, em parte, talvez explique o retardamento do processo de industrialização do Estado em relação ao nacional, defasagem difícil de ser superada.

Agora, com preocupação, verificam-se as dificuldades enfrentadas pelos produtores em função da política agrícola adotada e que tem penalizado a agricultura de um modo geral e, em especial, os produtores de soja.

A cultura de soja direcionou muitos investimentos realizados no Estado ao longo de muitos anos, investimentos na infra-estrutura básica de transportes e de armazenagem, e no setor terciário de serviços, afora a adequação do Porto de Paranaguá.

Enfim, em função desse produto instalou-se esse pujante parque de processamento, bem como toda a infra-estrutura necessária para as

exportações.

Como decorrência da expansão da cultura em outros Estados e em países vizinhos, e ainda os sistemas de transportes que se vão instalando fora do Estado, o que poderia desviar o fluxo de processamento e de exportação para outras praças, comprometendo o futuro dessa atividade no Paraná, poderia pois, evidenciar-se como um risco, que, acredito, mereça, desde logo, uma reflexão.

Daí a responsabilidade do empresariado industrial em participar do processo, em ser canal reivindicatório para o estabelecimento de uma política agrícola adequada e também para a efetivação de investimentos que levem à irreversibilidade do Paraná como grande produtor de soja, e eu me refiro a investimentos em Paranaguá e na construção da chamada Ferrovia da Produção".

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Senhor Deputado Eduardo Baggio).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)-

Não havendo mais oradores inscritos, nem para o Pequeno, ou Grande Expediente, a Mesa consulta à Liderança do PDS, se fará uso do horário que lhe é reservado?

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Donato Gulin.

O SR. DONATO GULIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós ocupamos a tribuna desta Casa no dia de hoje, para procedermos a leitura de um artigo publicado no jornal o GLOBO do dia 09 de junho de 1985, e transcrito pela GAZETA DO POVO, no dia 10, cujo título é A HORA DE ASSUMIR RESPONSABILIDADES.

Diz o artigo:

"O Presidente José Sarney está procurando o que já obteve, consenso, a respeito da indiscutível legitimidade do seu mandato, e confiança na sua capacidade de realizar um Governo que atenda aos anseios e objetivos da Nova República!

O pacto nacional que o Presidente tenciona agora promover, foi firmado há vários meses, pelo povo, nos grandes comícios da campanha sucessória, ratificado pela eleição de 15 de janeiro e, acima de tudo, selado no trágico período de agonia e morte de Tancredo Neves, quando prevaleceram as normas constitucionais, num clima de ordem e tranqüilidade, nitidamente refletido no comportamento das multidões.

Em suma, a Nação não precisa mais retificar no que está solenemente empenhada, no pleno restabelecimento das instituições democráticas e na retomada do

seu desenvolvimento econômico e social.

Todos os segmentos da sociedade brasileira estão conscientes que esses objetivos, para serem atingidos, deverão ser procedidos por claras definições e princípios, e límpidas opções sobre os rumos administrativos a serem adotados.

É justamente um pronunciamento sobre essas questões fundamentais que se aguarda do Governo, para que os diversos setores e regiões do País, possam afinal se manifestar, concordando ou discordando. Não se iluda o Presidente com a idéia de que entendimentos e contatos com representantes das mais variadas correntes e opiniões, lougrem estabelecer unanimidade em torno de sua ação política e administrativa. As discordâncias serão apenas inevitáveis, mas, indispensáveis, para que haja um autêntico e esclarecedor diálogo nacional como ocorre em todos os regimes democráticos.

Antes de pensar num ilusório pacto - entre forças políticas e grupos que se inspiram, em posições ideológicas divergentes -, impõe-se ao Governo celebrar um pacto entre Ministros e autoridades dos diversos escalões, não somente na disputa de cargos e atribuições. Como na escolha dos caminhos a serem seguidos.

Obtida essa unanimidade interna no plano das convicções doutrinárias e das medidas a serem implantadas, caberá ao Presidente da República assumir a responsabilidade de anunciá-las, correndo o risco de decisões erradas, mas desfazendo definitivamente, a atmosfera de perplexidade e ambivalência que começa a inquietar a Nação, ensejando os debates estéreis e até mesmo manobras de agitação por parte de núcleos extremistas da direita ou da esquerda.

Preliminarmente, o Governo precisa esclarecer se está empenhado em implantar no País o sistema de acumulação do capital - de cunho socialista ou, liberal. A opção entre a expansão do capitalismo de Estado ou a abertura de maior espaço para as empresas privadas, é fundamental para que se delimite com precisão os papéis que caberão à tecnocracia e à livre iniciativa dos programas de investimento.

Somente em decorrência dessa definição, poderão ser ajustadas em novos termos as relações entre patrões e empregados. Formulando-se também os sistemas de contabilização do combate à inflação, com a retomada do crescimento e a criação de empregos, acertando-se então os processos de contenção dos déficits e a aplicação dos recursos públicos, de tributação e de distribuição de renda.

Sem a fixação desta diretriz básica, o Ministério do Planejamento continuará a

exigir do Banco Central uma prévia baixa nas taxas de juros como forma de provocar a redução do déficit, recebendo em troca a acusação de estar funcionando como "lobbie" das instituições que, possuindo título em carteira, poderão auferir lucros vultosos com esta redução.

Por outro lado, as propostas de aumento de tributação e de corte nos investimentos são consideradas como fórmulas de incentivo do mercado de papéis e, conseqüentemente, da inflação em detrimento dos empreendimentos agrícolas e industriais que passam a aplacar cada vez mais descapitalizados, pressionados pelo congelamento de preços e onerados pelos custos financeiros.

Evidentemente, todas essas sugestões para contenção do surto inflacionário, controle das contas públicas, programas sociais de emergência, promoção de recursos humanos, revisão do sistema financeiro, mudança da estrutura tributária ou seleção das prioridades, são possíveis de críticas apresentando aspectos positivos e negativos. Acontece que o critério de auferição da sua positividade ou negatividade é dado pelos princípios e objetivos básicos da política global em que estejam inseridos. Não havendo definição dos mesmos, o Governo continuará realizando seminários e consultas sem chegar a um consenso satisfatório.

Enquanto isso, o País persistirá assistindo a divergências no seio da administração, vendo, por exemplo, o Itamaraty exigindo uma atitude de independência perante às organizações internacionais de comércio em defesa dos produtores brasileiros, e de outro lado o IBC mantendo-se atrelado às exigências do IAC resultando em prejuízos de dezenas de milhões de dólares em benefícios de nossos concorrentes.

Finalmente, nosso sintoma ainda mais grave da ausência de comando, surgem iniciativas açodadas como o Projeto da Lei da Greve, repudiada pelos setores patronais como pelos trabalhadores, e a proposta da Reforma Agrária que, inopidamente, se dispõe a operar as relações de trabalho de dezenas de milhões de pessoas modificando substancialmente a insatisfação da propriedade da terra, a aplicação da justiça no âmbito rural e o sistema de tributação, baseando-se em condições e dados de vinte anos passados quando ainda não se desencadeará a experiência de modernização da agricultura no Centro-Sul e na região Oeste do País bem como em certas lavouras nordestinas.

A improvisação do programa de reforma se patenteia nos cálculos do custo de assentamento por família como também na

disposição de utilizar recursos do PIN-PROTERRA que o Governo já destinou ao Programa de Prioridades Sociais.

Dessa maneira tais propostas estão servindo apenas para provocar conflitos que, de um lado são aproveitados por setores interessados em evitar a modernização das instituições a fim de assegurar a manutenção de privilégios, e de outro vem sendo exacerbados por grupos ativistas que se empenham em aumentar o desemprego industrial e destruir o setor produtivo da agricultura.

Na hora em que o Presidente Sarney definir os princípios e rumos do Governo transformando em atos os compromissos assumidos pela Aliança Democrática, a maioria do País permanecerá ao seu lado, não lhe faltará solidariedade na celebração dos êxitos nem tampouco nos eventuais insucessos que possam ocorrer.

Esta definição é inadiável, não pode depender de entendimentos que só terão sentido a partir da mesma.

Somente assim, no momento em que tiver que dar a palavra final sobre os ajustes das nossas relações financeiras internacionais, delimitando os termos compatíveis com a nossa dignidade e a preservação do padrão de vida do povo, o Presidente não estará falando em nome do Governo apenas, mas em nome de toda a Nação".

Esta entrevista espelha o Governo que está implantado em Brasília, a partir de 15 de março de 1985.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Pergunto ao PFL se fará uso do seu tempo. (Declina).

Habendo declinado, consulto à Liderança do PDT. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB se fará uso do tempo devido.

Por dez minutos, o Senhor Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à tribuna no dia de hoje, para relatar a situação em que se encontra ainda o Ministério da Agricultura em relação aos agrotóxicos.

Na verdade, a Nova República não alterou as estruturas da Velha e permanece a minar a máquina estatal brasileira. A cada dia que passa novos agrotóxicos são lançados no mercado e mesmo com a mudança de Governo, não se conhecem as conseqüências que estes produtos poderão causar. Deixam resíduos inalterados por até trinta anos; pondo em perigo tanto a saúde dos agricultores, como a população

das cidades que ficam expostas através do uso destes venenos.

Mas, as substâncias que foram aprovadas recentemente e anteriormente pelo Ministro Nestor Jost, da Bayer, e agora permanecem em vigência em função de que os homens que tratam dos interesses multinacionais, junto ao Ministério da Agricultura, permanecem em seus postos mais firmes do que nunca.

O Ministério da Agricultura vem autorizando o uso de agrotóxicos em culturas não autorizadas pelo Ministério da Saúde. O exemplo disto é o produto Albrin, que só foi autorizado para uso em cereais pelo Ministério da Saúde para cultura do arroz. Mas, o Ministério da Agricultura autorizou o uso para tratamento de sementes em milho, trigo, aveia, centeio e cevada. Produtos com o mesmo ingrediente ativo e com a mesma modalidade de emprego para a mesma cultura com formulações diferentes.

Recebo aqui na Assembléia Legislativa o apelo do Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná e da Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária, solicitando que seja estabelecida uma sindicância no Ministério da Agricultura e no Ministério da Saúde, por uma comissão a ser criada composta por agrônomos, médicos, representantes de associações ecológicas não pertencentes aos Quadros dos Ministérios envolvidos no processo de registros de veneno e seja verificada a forma com que foram registrados e autorizado o uso de todos os agrotóxicos no Brasil.

O pedido desta sindicância junto ao Ministério da Agricultura é necessário, porque sem dúvida nenhuma, ao levantamento das irregularidades cometidas nos últimos anos junto aquele Ministério, levará muita gente às malhas da Lei.

O processo de autorização é falho e esdrúxulo e compete ao Ministro da Agricultura, Pedro Simon, estabelecer imediatamente uma sindicância.

Esta Assembléia Legislativa, aprovou no ano passado uma das leis de agrotóxicos estaduais do Brasil. Ela está sendo acusada junto ao Supremo Tribunal Federal, no entanto, de inconstitucional.

A arguição não foi levada em conta pelo Supremo Tribunal Federal. E nós confiamos plenamente que a justiça brasileira irá manter a lei do Paraná para que possamos coibir o uso destes produtos na agricultura.

E desta forma estamos apresentando um requerimento para que este pedido de sindicância, para que esta sugestão de sindicância ao ministro da Agricultura não seja uma sugestão pessoal, mas uma sugestão desta Assembléia Legislativa que

tão dignamente vem tratando destes assuntos em relação aos agrotóxicos.

Era isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do restante do seu horário.

Declinando, está encerrada a Hora do Expediente.

Passamos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, com apoioamento do Sr. Deputado José Antônio Fonseca, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente. Necessita de apoioamento. - **Apoiado.** - À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente. Necessita de apoioamento. - **Apoiado.** - À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoioamento. - **Apoiado.** - À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY e OUTROS, dispondo que o funcionário ocupante do cargo de Assistente Jurídico do Poder Executivo ou de suas Autarquias, que tiver ou vier a obter o Título de Mestre ou Doutor, correlato com sua Habilitação Profissional, será enquadrado "EX-OFFICIO" e sem qualquer processo seletivo, dependendo de vaga, no cargo inicial de Procurador da Procuradoria Geral do Estado, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 201/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O funcionário efetivo integrante da categoria funcional de Assistente Jurídico do Quadro Único de Pessoal do Poder a obter o título de Mestre ou Doutor, correlato com sua habilitação profissional, em Curso de Pós-Graduação credenciado pelo Conselho Federal de Educação, será enquadrado "ex-officio" e sem qualquer processo seletivo, mas dependendo sempre da existência de vaga, no cargo inicial da carreira de Procurador da Procuradoria Geral do Estado.

Parágrafo Único - Os efeitos do presente artigo aplicam-se, também, aos referidos títulos obtidos em instituição estrangeira, desde que revalidados na forma da lei e correlatos com a área de conhecimento objeto de seu enquadramento.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(aa) ANIBAL KHURY, RUBENS BUENO,
EDMAR LUIZ COSTA e DIRCEU MANFRINATO.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade reconhecer o valor cultural dos funcionários efetivos integrantes da categoria funcional de Assistente Jurídico da área do Poder Executivo que sejam portadores do título de Mestre ou Doutor obtidos em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras, ou que venham obtê-los, como principalmente incentivar o aprimoramento intelectual daqueles, de modo a propagar entre os mesmos que esta é meta também fundamental de interesse da Administração Pública Estadual.

Aliás, a Lei nº 6174/70 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado) dispõe expressamente em seu art. 280 que:

“É dever imanente do funcionário diligenciar para o seu constante aperfeiçoamento profissional e cultural”.

Desta forma, numa área carente de especialistas de títulos deste nível, deve o Poder Executivo estabelecer dispositivos legais que preconizem a reciprocidade de reconhecimento ao aperfeiçoamento profissional e cultural do seu Quadro de Pessoal.

Assim sendo, torna-se princípio de justiça e de incentivo funcional o enquadramento do funcionário na carreira mais compatível com a sua capacidade, em benefício da própria Administração Pública, dependendo da existência de vaga, e desde que o mesmo seja portador do título de Mestre ou Doutor, de modo “ex-officio” e independentemente de qualquer processo seletivo, este em razão de ter o mesmo obtido tal título sempre perante Banca Examinadora constituída por Professores de renome em suas respectivas áreas de estudos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI 201/84

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, com apoio de vários outros Senhores Deputados, o presente projeto de lei tem por objetivo principal enquadrar “ex-officio”, e sem processo seletivo, mas dependendo da existência de vagas, o funcionário efetivo da categoria de Assistente Jurídico que tiver ou vier a obter o título de Mestre ou Doutor, em Curso de Pós-Graduação.

A justificativa apresentada pelo ilustre autor, nos convence de sua oportunidade e mérito, pois a matéria proposta não só irá reconhecer o sacrifício dos funcionários formados, como também irá incentivar aqueles que tenham condições de se aprimorar em escolas nacionais ou estrangeiras.

Quanto ao aspecto a que é chamada a opinar esta Comissão, não encontramos nada que possa entrar a sua normal tramitação por esta Casa.

Portanto, somos favoráveis à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR
Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO
Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI Nº 201/84

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury e outros, o presente projeto de lei tem por finalidade conceder ao funcionário ocupante do cargo de Assistente Jurídico do Poder Executivo ou autarquias, que tiver ou vier a obter o título de Mestre ou Doutor, correlato com sua habilitação profissional, o enquadramento “ex-officio”, dependendo de vaga, no cargo inicial de Procurador, e dá outras providências.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça analisando a sua legalidade.

No âmbito da competência desta Comissão de Recursos Humanos, chamada a opinar sobre o seu mérito, temos que a matéria aqui tratada, conforme esclarece a justificativa apresentada pelo seu autor, visa reconhecer o esforço e o valor cultural dos funcionários, que através de instituições de ensino nacionais ou estrangeiras, venham a obter títulos de Mestre ou Doutor de acordo com sua habilitação profissional, o que terá por certo inúmeros benefícios à Administração pública paranaense.

Diante do exposto, podemos afirmar que o plano de Lei ora em exame atende aos interesses da Administração Pública Estadual, com relação aos aspectos dos Recursos Humanos, opinando-se favoravelmente à sua Aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL
Presidente e Relator

Em discussão.

O SR. PAULO FURIATTI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de quorum para continuidade da sessão.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Mesa defere e solicita a Sra. 1ª Secretária que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PAULO FURIATTI - (Pela Ordem) Retiro a chamada nominal
O SR. ANTONIO BELINATI - (Pela Ordem) Solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Mesa defere e solicita a Sra. 1ª Secretária que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. ANTONIO BELINATI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Havendo sido retirado o pedido de chamada nominal, esta Mesa dispensa a chamada dos outros Srs. Deputados, Sra. Secretária.

Está em votação o Projeto.

O SR. IVAN GUBERT - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. IVAN GUBERT - (Pela Ordem) Sr. Presidente, retiro a solicitação.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está aprovado o projeto.

1ª DISCUSSÃO DO Projeto de Lei nº 08/85, de autoria do Deputado ADHAIL S. PASSOS, que declara de utilidade pública o “DIRETÓRIO ACADÊMICO NILO CAIRO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ”, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 08/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública o "DIRETÓRIO ACADÊMICO NILO CAIRO da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ" com sede nesta Capital.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

A crise brasileira, em todos os seus funestos aspectos, atingiu sobremaneira a classe universitária que, vem sendo não apenas vítima de uma informação insuficiente, mas também, alijada do processo de discussão das questões que lhe dizem respeito. Em consequência desta prática discriminatória, as entidades estudantis, vêm enfrentando sérios problemas de ordem político-financeira, e, em sua maioria, vêm ameaçada sua própria sobrevivência.

O Diretório Acadêmico Nilo Cairo, DANC, desde a sua criação nos idos de 1938, vem sendo o órgão oficial representativo dos estudantes de Medicina da Universidade Federal do Paraná. Há 46 anos esta instituição vem zelando eficazmente pelos Direitos dos futuros médicos, quer seja reivindicando medidas para a preservação destes Direitos, quer seja protestando sempre que os mesmos têm sido violados. O DANC tem desenvolvido importante e insubstituível função no que tange ao esclarecimento e orientação dos acadêmicos de Medicina nos assuntos relacionados à classe e à divulgação dos mesmos junto à comunidade. Inúmeras atividades sociais, desportivas, científicas e culturais foram, através desses anos, promovidas por esta entidade com o objetivo de desenvolver o espírito da classe e a intercomunicação entre os homens. Importante também tem sido o papel de ponte do diálogo exercido pelo Diretório Acadêmico Nilo Cairo entre o corpo discente e o corpo docente, entre os alunos e a administração promovendo a aproximação e a sadia convivência dentro do respeito e solidariedade humanos. O DANC não tem fins lucrativos e não distribui lucros à diretoria nem a seus associados. Dele participam os acadêmicos, os médicos residentes, os ex-alunos hoje no exercício da Medicina e os próprios professores como sócios beneméritos ou honorários. Desta maneira, o DANC tem sido um legítimo canal de expressão da Classe Médica do Paraná.

Entre as muitas razões apresentadas para o Diretório Acadêmico Nilo Cairo seja promovido à Utilidade Pública, está a de que este órgão, cuja atuação tem merecido através dos anos o respeito e a consideração da comunidade paranaense, foi, é e será sempre - fiel a seus princípios e a seu Estatuto - um baluarte na luta pelo aprimoramento das instituições democráticas em nosso País.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 08/85

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do Nobre Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "DIRETÓRIO ACADÊMICO NILO CAIRO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ", com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei nº 6.994 de 10/1/78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal

tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de abril de 1985.

(aa) DJALMA ALMEIDA CÉSAR - Presidente

AUGUSTO CARNEIRO - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 12/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Cambará uma área de terras de 1.470m², situado em Cambará, que deverá ser
1ª - Do Projeto de Lei nº 12/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Cambará uma área de terras de 1.470m², situado em Cambará, que deverá ser utilizada para a construção do novo prédio da Prefeitura Municipal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 12/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Cambará o lote urbano de propriedade do Estado, com a área de 1.470 (um mil quatrocentos e setenta) metros quadrados, situado na rua João Manoel dos Santos, na cidade de Cambará medindo 35 (trinta e cinco) metros de frente para a citada rua, de esquina com a rua Nossa Senhora do Rocio, medindo 42 (quarenta e dois) metros de extensão, de forma regular, limitando de um lado com Reodonte Bernardelli Neto e por outro com Alfredo Bergamaschi, que deverá ser utilizada para a construção do novo prédio da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único - A área de terra, objeto da presente doação, deverá ser gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1985.

(a) HERMAS BRANDÃO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 12/85

PARECER:

O Projeto de lei em tramitação, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel de propriedade do Estado do Paraná.

Convertido, anteriormente em diligência junto ao seu autor, foram cumpridas as exigências requeridas.

O imóvel é destinado à construção do novo prédio da Prefeitura Municipal daquela comuna e ficará gravado com a cláusula de incomunicabilidade e impenhorabilidade.

Também junto ao processo a certidão de registro de Imóveis, do imóvel da doação do presente plano de lei.

A doação que se pleiteia e do Estado, para um órgão do município.

Assim sendo, nada temos que possa obstar a normal tramitação do presente projeto de lei pelos demais órgãos desta Casa, opinando-se pela sua aprovação.

É o nosso parecer.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

IVAN GUBERT - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 14/85, de autoria

do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BOA ESPERANÇA", com sede no Município de Boa Esperança e foro no Município de Goioerê. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 14/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Esperança, com sede no Município de Boa Esperança e foro no Município de Goioerê.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa do Senhor Ildefonso Alves de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Esperança, tem como objetivo o presente projeto de lei reconhecer trabalho de alto cunho social que a entidade vem desenvolvendo, seja na proteção e representação dos interesses de sua categoria profissional perante as autoridades administrativas e judiciárias, ou na manutenção de serviços de assistência para seus associados.

Sendo o município de Boa Esperança essencialmente agrícola com uma população rural que excede bem mais da metade da população urbana, a presente declaração de Utilidade Pública em muito viria contribuir para uma melhoria das condições existentes, através da criação de novos benefícios para os associados daquele Sindicato.

Entre as atividades dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, podemos citar sua colaboração como órgão técnico e consultivo do Estado, no estudo e solução de problemas, tanto atinentes à categoria profissional que representam, como à atividade essencialmente agrícola que desenvolvem seus associados. Esta é sem dúvida a causa maior deste pedido, propiciando uma inter-relação harmônica entre os agricultores e o Estado.

No tocante à sua integração com a comunidade, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Esperança mantém um ambulatório médico, assistência farmacêutica, gabinete dentário, assistência jurídica, assistência social e realização de cursos de orientação sindical.

Diante do exposto, apela o presente Sindicato para a compreensão dos nobres Parlamentares, possa ser o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Esperança considerado de Utilidade Pública Estadual, preenchidos os requisitos legais da Lei nº 6.994, como o comprova a documentação anexa.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

PROJETO DE LEI Nº 14/85

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado RUBENS BUENO, tem por finalidade declarar de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Esperança, com sede no Município de Boa Esperança e foro no Município de Goioerê.

Encontra-se o processado devidamente

instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria- Lei nº 6.994 de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de abril de 1985.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

AUGUSTO CARNEIRO - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 17/85, de autoria do Deputado ERVIN BONKOSKI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao "SENHOR RUTILDO PULIDO". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 17/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor RUTILDO PULIDO.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1985.

(a) ERVIN BONKOSKI.

JUSTIFICATIVA:

Rutildo Pulido, paulista de nascimento, desde o ano de 1959 vem emprestando, através de seu profícuo trabalho junto a LICOPAR, relevantes serviços à comunidade paranaense.

É deveras elogiável a sua ação de trabalho na Liga Comunitária Paranaense de Combate ao Tóxico, não só no tratamento, como também na prevenção. Inúmeras famílias devem à ação da LICOPAR a tranquilidade junto aos seus lares, o que por certo faz de Rutildo Pulido um dos mais merecedores para receber a mais alta honraria de nosso Estado.

O "Curriculum Vitae" que anexo apresentamos melhor esclarece a merecedora honraria que através do presente projeto de lei estamos propondo à considerações dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

RUTILDO PULIDO

- 1 - Nascido em 03 de novembro de 1921 (SP).
- 2 - Curso primário em MARILIA (SP) e secundário em CAMPINAS (SP) Colégio Diocesano Santa Maria como prêmio por ter concluído o primário em 1º lugar.
- 3 - Curso de revisão da Escola Preparatória de Porto Alegre em 1942.
- 4 - Foi 3º Sargento na Fortaleza de São João (2º GAC) - Rio - em 1943.
- 5 - Curso Regular da Escola Militar de Resende (AMAM) em 1944/46 - Arma de Cavalaria.
- 6 - Declarado Aspirante a Oficial em 1946 - 2º ten. em 1947 - 1º ten. em 1948 - Cap. em 1952 - Major em 1959 - Ten-Cel. em 1965 - Coronel em 1974.
- 7 - Fixou residência no Paraná (Araucária - Coudelaria de Tindiquera) em 1959 e em 1960 foi transferido para Curitiba onde serviu no Hospital Geral de Curitiba e no Quartel General da 5ª Região Militar.

8 - Teve ação destacada, sob o comando do Gen. José Campos Aragão, na realização da 1.^a Olimpíada do Exército de Curitiba; na programação dos festejos da Semana da Pátria do Paraná, realizando intensa atividade Cívico-Cultural em todo o Estado; na criação e instalação da Delegacia Anti-tóxico da Secretaria de Segurança, sendo de sua autoria o anteprojeto que criou; na criação e estruturação da Comissão Estadual de Prevenção ao Tóxico, a qual integrou durante alguns anos como instrutor.

9 - O fato mais marcante de sua atividade na sociedade paranaense foi a idealização e fundação da "Liga Comunitária Paranaense de Combate ao Tóxico" (LICOPAR) da qual ainda é o presidente desde sua fundação, até hoje, já percorreu a maioria das localidades paranaenses realizando palestras preventivas à toxicomania nas Escolas e Comunidades Sociais; religiosas, clubes de serviço, lideranças, etc. Através da "LICOPAR", em diversas oportunidades, projetou bem alto o nome do Paraná em seminários, encontros, congressos e conferências e, com a LICOPAR, colocou em situação de destaque o Paraná no campo da prevenção educacional e da reabilitação de toxicômanos, pois, além da ação preventiva que vem realizando, realiza o tratamento de toxicômanos com excepcional sucesso, tendo alcançado, nestes 14 anos, uma média de 100 (cem) reabilitações anuais. É incontestável o número de famílias paranaenses que foram beneficiadas pelo trabalho já desenvolvido. Muitos milhares (mais de 100.000) jovens paranaenses já receberam as mensagens por ele transmitidas acerca dos malefícios das drogas.

Foram grandes e muito sérias as dificuldades que já teve de enfrentar em função dessa ação social. De muitas maneiras tentaram impedi-lo de continuar essa ação, inclusive com atentados à sua vida por três vezes, e com a acusação e denúncias que o levaram a enfrentar os tribunais e que expuseram a entidade que preside a uma ação de dissolução judicial, tendo sido, no final, absolvido pelos tribunais por unanimidade e conseguido a absolvição da entidade por unanimidade.

Muitas barreiras se ergueram contra ele, mesmo dentro das esferas oficiais. Teve de lutar tenazmente para superar a implacável perseguição que sofreu por parte dos comprometidos e interessados na comercialização das drogas. Mas seu amor à juventude paranaense o animava a cada dificuldade e, humildemente, sem alardes, a tudo superou e continua, anonimamente a se dedicar inteiramente a essa ação que tanto engrandece o Paraná.

10 - Como escritor e poeta, escreveu e publicou milhares de crônicas e poesias através dos jornais "Diário Popular", "Gazeta do Povo", "O Estado do Paraná" com os títulos de "Crônicas da Cidade Sorriso", "Toxicomania e Responsabilidade e outros eventuais, através dos quais teve oportunidade de exteriorizar seu grande amor ao Paraná, principalmente à sua juventude.

11 - Os grandes conhecimentos que tem sobre a problemática das drogas, o tornam muito conhecido e respeitado nacional e internacionalmente, credenciando-o inclusive, a prelecionar a cadeira de "Causas e Consequências da Toxicomania por diversas vezes, nos encontros anuais de de médicos psiquiatras realizados sob os auspícios do "Programa Integrado de Saúde Mental" (PISAM!).

12 - No primeiro congresso internacional de estudos sobre o uso de drogas pela juventude universitária, realizado em São Paulo, sob os auspícios da U.S.P. sua participação

teve oportunidade de projetar o nome do Estado do Paraná internacionalmente e sua ação desenvolvida através da "LICOPAR" foi tida e indicada como modelo para as

nações participantes, entre as quais se encontravam Estados Unidos, Inglaterra, Israel, Suíça, França, Itália, México, Canadá e outras muitas.

13 - Poucos foram os paranaenses que, até hoje, através de seu trabalho individual, proporcionaram tantos benefícios ao Paraná e que tiveram de superar tantas dificuldades para realizá-lo. Muitos foram os paranaenses que procuraram obstacularizar seu trabalho e que, diante das dificuldades, desertaram da ação.

14 - Seus quatro netos são paranaenses.

15 - Casado com a Sra. Suzette Sant'Ana Pulido, natural de Cachoeira do Itapemirim - ES.

16 - Filho de Cesário Pulido e Izaíra Manfré.

17 - Neto de Carlos Pulido e Gioconda Geróliano (Paternos) Carlos Manfré e Esterina Polastro (Maternos)

18 - Residência: Rua 13 de maio n.º 18 - Apto. 1103 -

Fone 224-4875.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 17/85

A intenção do nobre Deputado Ervin Bonkoski, ao apresentar o presente projeto de lei, é conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor RUTILDO PULIDO.

No que é de responsabilidade desta douta Comissão de Constituição e Justiça examinar, não existe qualquer óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça o tramite da matéria.

Por outro lado, vale salientar que a homenagem é plenamente justificativa, fazendo justiça a um homem que desde o ano de 1959, vem emprestando relevantes serviços a comunidade Paranaense, junto a "LICOPAR", Liga Paranaense de Combate ao Tóxico, não só no tratamento, como também na prevenção, projetou bem alto o nome do Estado do Paraná em seminários, encontros, congressos e conferências, e principalmente no campo da prevenção educacional e da reabilitação de toxicômanos com excepcional sucesso. É incontável o número de famílias paranaenses que foram beneficiadas pelo trabalho deste abnegado cidadão e mais de cem mil jovens paranaenses já receberam as mensagens por ele transmitidas a respeito dos malefícios das drogas. Passou por grande e sérias dificuldades que já teve de enfrentar em função dessa ação social.

Tentaram impedi-lo de continuar essa ação benemérita e humana, inclusive com atentados à sua vida por 3 (três) vezes, e com acusação e denúncias que o levaram a enfrentar os tribunais e que expuseram a entidade que preside a uma ação de dissolução judicial, tendo sido, no final, absolvido pelos tribunais por unanimidade.

Como escritor e poeta tem vários trabalhos publicados através de jornais editados no Paraná.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favoravelmente ao projeto de lei, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1985.

(a) TADEU LUCIO MACHADO
Presidente e Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 29/85, de autoria do Deputado MARIO PEREIRA, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE BENEFICENTE JESUS DE NAZARÉ", com sede no Município de Cascavel Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade.
— APROVADO

PROJETO DE LEI Nº 29/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade Pública a " Sociedade Beneficente Jesus de Nazaré, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de abril de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente Jesus de Nazaré, sociedade Civil, de caráter beneficente, foi fundada na cidade de Cascavel, em 1978, e desde a sua fundação vem cumprindo com as finalidades a que foi proposta, ou seja a de promover a solidariedade humana, auxiliar as famílias, e pessoas que estejam necessitando de ajuda financeira, social, cultural, educativa, etc.

A documentação anexa, preenche todos os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994, que regula a matéria de utilidade Pública em nosso Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 29/85

De iniciativa do nobre Deputado Mario Pereira, o presente Projeto de lei versa matéria relativa a declaração de utilidade pública a " Sociedade Beneficente Jesus de Nazaré ", com sede e foro em Cascavel.

A documentação apresentada é suficiente para demonstrar que a entidade preenche todos os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994 de 10, de janeiro de 1978, disciplinadora da matéria.

Razão pela qual opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

TRAJANO BASTOS

Relator

1.ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n.º 37/85, de autoria da Deputada AMÉLIA A. HRUSCHKA, que declara de utilidade pública o "LAR DO MENOR DOM BOSCO DE CAMPO MOURÃO", com sede e foro no Município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 37/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica declarado de Utilidade Pública o "Lar do Menor Dom Bosco de Campo Mourão", com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Com a finalidade de acolher, amparar, assistir, orientar e educar a criança órfã

e abandonada, foi criada em Campo Mourão, uma entidade assistencial de 1981, e desde então, vem cumprindo suas finalidades estatutárias.

A entidade que desejamos seja agraciada com o título de utilidade pública, está devidamente registrada sob o n.º 346, fls. 173, do Livro "A" do Cartório Privativo de Títulos e Documentos da Comarca de Campo Mourão e os demais documentos exigidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, estão anexados ao presente Plano de Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 37/85

PARECER:

De autoria da nobre Deputada Amélia Almeida Hruschka, o presente projeto de lei versa matéria relativa a declaração de utilidade pública o "LAR DO MENOR DOM BOSCO DE CAMPO MOURÃO"-, com sede e foro naquele município.

A documentação apresentada é suficiente para demonstrar que a entidade preenche todos os requisitos exigidos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, disciplinadora da matéria.

Assim, a iniciativa está constitucionalmente legítima e, sob o aspecto legal, atende as regras regimentais.

Face ao exposto, o Parecer é FAVORÁVEL.

Sala as Comissões, em 21 de abril de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 53/85, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA ESMERALDA", com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 53/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Esmeralda, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1985.

() ROBERTO REQUIÃO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Amigos da Vila Esmeralda, está devidamente registrada em cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e 1.º Registro de

Títulos de Documentos e serve desinteressadamente à coletividade, conforme vem demonstrar o relatório de atividades anexado a este Plano de Lei, cumprindo assim as exigências da legislação pertinente à matéria de Utilidade Pública.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares a medida aqui proposta, esperando que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 53/85

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Roberto Requião de Mello e Silva, tem por finalidade declarar de utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA ESMERALDA", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria-Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1985.

(aa) TEDEU LÚCIO MACHADO

Presidente

TRAJANO BASTOS

Relator.

1.ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n.º 55/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 82/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo alienar à TELEPAR, uma área de terreno medindo 2.900m², na Avenida Manoel Ribas, desta Capital, integrante do patrimônio do IAM e adquirida pelo Estado do Paraná conforme matrícula n.º 3769, da 1.ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL e EMENDA da C.C.J., por unanimidade.

PROJETO DE LEI N.º 55/85
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante prévia avaliação e cumprimento das demais formalidades legais, alienar à Companhia de Telecomunicações do Paraná- TELEPAR, uma área de terreno medindo 2.900m². (dois mil e novecentos metros quadrados), na Avenida Manoel Ribas, desta Capital, integrante do patrimônio do Instituto de

Assistência do Menor- IAM e havida pelo Estado do Paraná, conforme escritura pública de desapropriação lavrada a fls. 1, do Livro 214-N, do 5.º Tabelionato de Notas, da Comarca de Curitiba e matrícula n.º 3769, da 1.ª Circunscrição da Registro de Imóveis da mesma Comarca.

Art.2.º- O valor integral auferido na alienação de que trata o artigo anterior deverá ser repassado ao Instituto de Assistência ao Menor- IAM, e aplicado em programas de assistência e amparo ao menor.

Art.3.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1985.

(a) PODER EXECUTIVO.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 55/85

O Artigo 2.º, passa a ter a seguinte redação:

"Art.2.º- O valor integral auferido na alienação de que trata o artigo anterior será repassado ao Instituto de Assistência ao Menor- IAM e aplicado em programas de assistência e amparo ao menor.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1985.

(a) TRAJANO BASTOS.

Apoio: Luiz Alberto Oliveira.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 55/85

PARECER.

O projeto de lei em exame, oriunda da Mensagem Governamental n.º 82/85, pretende autorizar o Poder Executivo a alienar à TELEPAR, uma área de terreno medindo 2.900m², na Avenida Manoel Ribas, desta Capital, integrante do patrimônio do IAM e adquirida pelo Estado do Paraná, conforme matrícula n.º 3.679, da 1.ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

A iniciativa em matéria desta natureza é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, de acordo com o art. 47 da Constituição do Estado.

Assim sendo, não existe qualquer óbice ao trâmite da matéria nesta Casa de Leis, seja de caráter constitucional, legal ou regimental.

Considerando, porém, que a redação do artigo 2.º do referido projeto de lei não atende plenamente ao perfeito esclarecimento da medida proposta, achamos por bem propor a sua alteração, na forma de emenda anexa.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido Projeto de Lei, com a ressalva da alteração proposta ao artigo 2.º e que anexamos ao parecer em questão.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente
TRAJANO BASTOS
Relator.

O SR.GILBERTO CARVALHO- (Para Discutir)-
Senhor Presidente e Senhores
Deputados.

Verificando a Mensagem 55/85,
Governamental, em que propõe a alienação
de um terreno de 2.900m², na Avenida
Manoel Ribas, pertencente ao IAM à
TELEPAR. Esta Casa não pode, Senhor
Presidente, votar um projeto nestas
condições, de um terreno que foi
desapropriado, talvez, em benefício
social, em atendimento a uma entidade
carente,e, agora, o Governo propõe a
venda, dizendo que o recurso será aplicado
em programa de assistência ou para o
menor. Mas, não justifica, e cabe ao
Governo ter recursos para atender e não
precisar vender seus bens patrimoniais
para programas de assistência ao menor. E
esta Casa não pode votar no escuro sem
saber onde é este terreno. É na Manoel
Ribas, mas onde? Por qual valor está sendo
alienado este terreno? Como foi feita a
avaliação desse terreno?

Por este motivo, Senhor Presidente e
Senhores Deputados, estou propondo à Mesa,
a retirada do projeto por 10 sessões, para
estudo, para que os Senhores Deputados
possam melhor analisar esse projeto e
verificar onde se localiza esse terreno e
por quanto está sendo alienado.

E pretendo, ainda, Senhor Presidente,
depois do estudo, apresentar uma emenda no
sentido de que este recurso seja aplicado
em bens patrimoniais do IAM, porque não é
justo desfazer-se dos bens de uma entidade
para aplicar em programas que o Governo
deveria prever no seu orçamento. Por isso,
encaminho o requerimento à Mesa.

(Lê o requerimento).

(O requerimento acha-se publicado na Hora
do Expediente).

Era só, Senhor Presidente. (Sem
revisão do orador).

O SR.PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Sobre a
Mesa, requerimento de autoria do
Senhor Deputado Gilberto Carvalho,
constante do expediente solicitando a
retirada da ordem do Dia do Projeto de Lei
n. 55/85, para estudo por dez sessões.
Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor
Deputado Antônio Annibelli, constante do
expediente, solicitando voto de pesar pelo
falecimento do Senhor João Manzano Colvo,
ocorrido no dia 3 de junho do corrente
ano, no Município de Munhoz de Mello.
Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor
Deputado Antônio Annibelli, constante do
expediente, solicitando voto de pesar pelo
falecimento do Senhor Jecir Brandalize,

ocorrido no dia 3 de junho do corrente
ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor
Deputado Edgard Pimentel, constante do
expediente, solicitando voto de pesar pelo
falecimento do Senhor Natalicio Florentino
Alves, ocorrido no dia 8 de junho do
corrente ano, no Município de Cascavel.
Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor
Deputado Rubens Bueno, constante do
expediente, solicitando voto de pesar pelo
falecimento do Senhor João Ibba, ocorrido
no Município de Campo Mourão.Aprovado. À
Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor
Deputado Djalma de Almeida César,
constante do expediente, solicitando voto
de pesar pelo falecimento do Senhor
Bertoldo Oberg, ocorrido no dia
10 de junho do corrente ano, no Município
de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria
Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor
Deputado Donato Gulin, constante do
expediente, solicitando voto de pesar pelo
falecimento do Senhor Orlando Bim,
ocorrido no dia 11 de junho do corrente
ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores
Deputados Basílio Zanusso e Tuguio
Setogutte, constante do expediente.
solicitando voto de pesar pelo falecimento
do Senhor Vereador José Abroceis e de sua
esposa Eleonora B.Abroceis, ocorrido no
dia 30 de maio do corrente ano.Aprovado.À
Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor
Deputado Donato Gulin, constante do
expediente, solicitando regime de urgência
ao Projeto de Lei n. 60/85, que declara
de utilidade pública a Sociedade
Beneficente Gralha Azul.Aprovado.À
Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor
Deputado Fiori Luiz, constante do
expediente de sessão anterior, solicitando
o envio de expediente ao Senhor Presidente
da República, propondo a revogação do
Decreto que isenta a Binacional Itaipu de
prestar contas ao Tribunal de Contas da
União. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor
Deputado Edgard Pimentel, constante do
expediente, solicitando voto de
congratulações pela posse da nova
Diretoria da Associação Comercial de
Cascavel. Aprovado. À Diretoria
Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor
Deputado Odeni Mongruel, constante do
expediente, solicitando voto de
congratulações aos Senhores Presidentes da
Associação Comercial e Industrial e do
Sindicato das Indústrias de Madeira de
Ponta Grossa, pela passagem do "Dia da
Indústria". Aprovado. À Diretoria

Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Padre Estanislau Karaczewski, pela passagem do 25.^o aniversário de sacerdócio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, visando a doação de um congelador para a Escola Estadual Arnaldo Coneglian, no Distrito Administrativo de Bourbonia, Município de Barbosa Ferraz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, visando a construção de uma cadeia no Distrito Administrativo de Bela Vista do Ivaí, Município de Fênix. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, objetivando a recuperação e conservação da estrada que liga a localidade de Arapuã, no Município de Janiópolis, ao Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, visando a liberação de recursos orçamentários a serem aplicados na construção da Casa da Cultura do Município de Iretama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, objetivando a ampliação de duas salas de aula existentes na Escola Estadual José Anchieta, no Município de Juranda. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 6.^o aniversário de fundação, bem como pela eleição do novo Conselho Diretor do Rotary Club de Campo Mourão "Gralha Azul". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado,

encarecendo informações sobre a viagem de Secretários de Estado e Diretores de Órgãos à França, Alemanha Ocidental e Iugoslávia. **Em discussão.**

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encaminhando o estudo "Proposta de Melhoria Salarial para o Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura TC-1500", elaborado pelas Associações dos Engenheiros Estatutários do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, visando autorização para o funcionamento dos cursos de direito, licenciatura em ciências com habilitação em biologia e química, e farmácia bioquímica para a Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato, do Município de Toledo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a implantação de pista dupla pavimentada, acompanhando o traçado já existente em trecho de cerca de 1 Km. da PR - 182 (Rodovia Toledo-Palotina), compreendido entre o trevo de acesso a Toledo, na BR - 467 e o trevo de acesso às rodovias que demandam para Assis Chateaubriand e Palotina. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, objetivando a criação do Distrito Judiciário de São Pedro, no Município de Toledo. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, visando a implantação de mais uma vara cível na Comarca de Toledo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 155/82, de sua autoria, e que visa declarar de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Mafra e Rio Negro. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação do Distrito Judiciário de São José, Município recentemente criado pela Lei n.º 8075 de 17 de abril do corrente ano. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário

Pereira, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado no jornal "O Paraná", do Município de Cascavel, sob o título "Um dia de decisões". — **Aprovado.** A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, para que o mesmo determine ao DNER o reinício do recapamento da pista de rolamento da Rodovia BR - 277, paralisado em razão da falta de recursos. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário do Município de Quitandinha. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 3º aniversário da revista Ciência Hoje, órgão de divulgação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Comandante da 5ª Região Militar, para que estenda a dispensa obrigatória do Serviço Militar, a jovens da zona rural, como ocorreu recentemente com Maringá, aos municípios da região que são essencialmente agrícola a saber: Atalaia, Cruzeiro do Sul, Doutor Camargo, Florai, Floresta, Itambé, Ivatuba, Marialva, Mandaguari, Mandaguaçu, Nova Esperança, Ourizona, Paçandu, Paranacity, Presidente Castelo Branco, Sarandi, Santa Fé, São Jorge do Ivaí, e Uniflor. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à recém-criada Cambé Participações S/A., empresa fundada em Cambé para capitalizar a poupança da comunidade para reaplicação na área produtiva da cidade. — **Aprovado.** Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, encarecendo informações de quanto em apostas foram arrecadadas da loteria esportiva, loto e loteria federal no exercício de 1984, no Paraná, e quanto dessa arrecadação por item, retornou ao Estado. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, com apoio do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo "A hora de assumir responsabilidades", publicado no jornal "O Globo" e veiculado na "Gazeta do Povo", desta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Educação, encarecendo providências quanto à denúncia de que estaria sendo criada instituição de ensino superior privada no Município de Foz do Iguaçu, com apoio da Itaipu Binacional e do qual seria beneficiário o Sr. Jucundino Furtado, membro do Conselho Federal de Educação. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo informações sobre estudos visando passar os funcionários públicos estaduais regidos pela CLT, a contribuírem com

o IPE. — **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 201/84, 08/85, 12/85, 14/85, 14/85, 17/85, 29/85, 37/85 e 53/85.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 53/85 a 57/85.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MÁRIO PEREIRA, EM SESSÃO DO DIA 11 DE JUNHO DE 1985.

UM DIA DE DECISÕES

Se o governador José Richa nos devia um apoio maior às lideranças de nossa Região e especialmente de Cascavel — ele nos compensou, no dia 7 de junho, ao anunciar uma série de soluções às reivindicações de nossa população. Ao autorizar a Sanepar a licitar a obra do sistema de esgotos de Cascavel, o governador está cumprindo um compromisso ainda de campanha, quando salientou a população da área rural que tudo faria para dotar nossas cidades de equipamentos de modernos. Ao mesmo tempo em que triplicou em número as ligações da eletrificação rural em todo o Oeste, ele definiu novas estradas alimentadoras, prometeu o aceleração de liberação dos recursos do Pram, e não esqueceu de se colocar a disposição dos estudantes de nossa Região para a grande

luta que visa a consolidação da Universidade do Oeste com apoio do governo federal.

Os prefeitos dos municípios que integram a Amop estiveram presentes aos despachos, sempre muito bem assessorados por deputados, vereadores e secretários municipais, o que permitiu o melhor aproveitamento dos contatos com o governador e secretários de Estados.

Para o Oeste do Paraná está interiorização só poderá ser avaliada dentro de uma ou duas semanas, quando as decisões do governador começarem a ser materializadas, mas é possível adiantar, em princípio, que esta foi a melhor visita que tivemos, neste governo, do chefe do Executivo, tantas as decisões tomadas e tantas as reivindicações apresentadas diretamente ao governador e seu secretariado. Pode-se, até arriscar um palpite e afirmar que desta vez teremos o melhor rendimento objetivo para os atos governamentais, pois consolida-se, com este estilo de administração, o governo feito do povo, para o povo, e pelo povo.

Os prefeitos e vereadores eram atendidos sem discriminações partidárias, os assuntos eram examinados pelo prisma dos interesses das comunidades e em todos os momentos em que se examinou problemas de ordem administrativa, o governo examinou a reivindicação sem os olhos políticos que poderiam funcionar como um organismo de triagem.

Agora o caminho é esperar, pois, nos próximos dias, as obras refletirão a verdade que deve ser gerada desta ação política administrativa do governo.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MÁRIO PEREIRA, EM SESSÃO DO DIA 11 DE JUNHO DE 1985.

A HORA DE ASSUMIR RESPONSABILIDADES

Roberto Marinho

PRESIDENTE José Sarney está procurando

o que já obteve: consenso a respeito da indiscutível legitimidade do seu mandato e confiança na sua capacidade de realizar um governo que atenda aos anseios e objetivos da Nova República.

O PACTO nacional que o Presidente tenciona agora promover foi firmado há vários meses pelo povo, nos grandes comícios da campanha sucessória, ratificada pela eleição de 15 de janeiro e, acima de tudo, selado no trágico período da agonia e morte de Tancredo Neves, quando prevaleceram as normas constitucionais num clima de ordem e tranquilidade, nitidamente refletido no comportamento das multidões.

EM SUMA, A Nação não precisa mais reiterar que se acha unanimemente empenhada no pleno restabelecimento das instituições democráticas e na retomada do seu desenvolvimento econômico e social.

TODOS OS segmentos da sociedade brasileira estão conscientes de que esse objetivo, para serem atendidos, deverão ser procedidos por claras definições de princípios e límpidas opções sobre os rumos administrativos a serem adotados.

É JUSTAMENTE um pronunciamento sobre estas questões fundamentais que se aguarda do Governo para que os diversos setores e regiões do País possam afinal se manifestar, concordando ou discordando.

NAO SE iluda o Presidente com a idéia de que entendimentos e contatos com representantes das mais variadas correntes de opinião logre estabelecer unanimidade em torno de sua ação política e administrativa. As discordâncias serão não apenas inevitáveis mas indispensáveis para que haja um autêntico e esclarecedor diálogo nacional, como, ocorre em todos os regimes democráticos.

ANTES DE pensar num ilusório pacto entre forças políticas e grupos que se inspiram em posições ideológicas divergentes, impõe-se ao Governo celebrar um pacto entre Ministros e autoridades dos diversos escalões, não somente na disputa de cargos e atribuições, como na escolha dos caminhos a serem seguidos.

OBTIDA essa unidade interna no plano das convicções doutrinárias e das medidas a serem implantadas, caberá ao Presidente da República assumir a responsabilidade de anunciá-las, correndo o risco de decisões erradas, mas desfazendo definitivamente a atmosfera de perplexidade e ambivalência que começa a inquietar a Nação, ensejando debates estéreis e até mesmo manobras de agitação por parte de núcleos extremistas da direita ou da esquerda.

PRELIMINARMENTE, o Governo precisa esclarecer se está empenhado em implantar no País o sistema de acumulação do capital de cunho socialista ou liberal. A opção entre a expansão do capitalismo de Estado ou a abertura de maior espaço para as empresas privadas é fundamental para que se delineiem com precisão os papéis que caberão à tecnocracia e à livre iniciativa nos programas de investimento.

SOMENTE em decorrência dessa definição poderão ser ajustadas em novos termos as relações entre patrões e empregados, formulando-se também o sistema de contabilização do combate à inflação com a retomada do crescimento e criação de empregos, acertando-se então os processos de contenção dos déficits e aplicação dos recursos públicos, de tributação e distribuição de renda.

SEM A FIXAÇÃO dessa diretriz básica, o Ministério do Planejamento continuará a exigir do Banco Central uma prévia baixa nas taxas de juros como forma de provocar a redução do déficit, recebendo em troca a acusação de estar funcionando como "lobby" das

instituições que, possuindo títulos em carteira, poderão auferir lucros vultosos com essa redução.

POR OUTRO lado, as propostas de aumento da tributação e de cortes nos investimentos são consideradas como fórmulas de incentivo do mercado de papéis e conseqüentemente da inflação, em detrimento dos empreendimentos produtivos agrícolas e industriais, que passam a aplicar cada vez mais descapitalizados, pressionados pelo congelamento de preços e onerados por custos financeiros.

EVIDENTEMENTE todas essas sugestões para contenção do surto inflacionário, controle das contas públicas, programas sociais de emergência, promoção dos recursos humanos, revisão do sistema financeiro, mudança da estrutura tributária ou seleção das prioridades são passíveis de críticas, apresentando aspectos positivos e negativos. Acontece que o critério de aferição da sua positividade ou negatividade é dado pelos princípios e objetivos básicos da política global em que estejam inseridas. Não havendo definição dos mesmos, o Governo continuará realizando seminários e consultas, sem chegar a um consenso satisfatório.

ENQUANTO isso, o País persistirá assistindo a divergência no seio da administração, vendo, por exemplo, o Itamaraty exigindo uma atitude de independência perante organizações internacionais de comércio, em defesa dos produtos brasileiros e, de outro lado, o IBC mantendo-se atrelado às exigências da OIC resultando em prejuízo de dezenas de milhões de dólares, em benefício de nossos concorrentes.

FINALMENTE, como sintoma ainda mais grave da ausência de comando, surgem iniciativas açodadas como projeto da Lei de Greve, repudiada tanto pelos setores patronais como pelos trabalhadores e a proposta da Reforma Agrária que inopinadamente se dispõe a operar as relações de trabalho de dezenas de milhões de pessoas, modificando substancialmente a instituição da propriedade da terra, a aplicação da justiça no âmbito rural e o sistema de tributação, baseando-se em condições e dados de 20 anos atrás, quando ainda não se desencadeara a experiência de modernização da agricultura no Centro-Sul e na região Oeste do País bem como em certas lavouras nordestinas. A improvisação do programa de reforma se patenteia nos cálculos do custo de assentamento por família, como também na disposição de utilizar recursos do Pin-Proterra que o Governo já destinou ao programa de Prioridades Sociais.

DESSA MANEIRA, tais propostas estão servindo apenas para provocar conflitos que, de um lado, são aproveitadas por setores interessados em evitar a modernização das instituições a fim de assegurar a manutenção de privilégios e, de outro, vem sendo exacerbados por grupos ativistas que se empenham em aumentar o desemprego industrial e destruir o setor produtivo da agricultura.

NA HORA em que o Presidente Sarney definir os princípios e rumos do governo, transformando em atos os compromissos assumidos pela Aliança Democrática, a maioria do País permanecerá ao seu lado. Não lhe faltará solidariedade na celebração dos êxitos, nem tampouco nos eventuais insucessos que possam ocorrer.

ESSA DEFINIÇÃO é inadiável. Não pode depender de entendimentos que só serão sentidos a partir da mesma.

SOMENTE assim, no momento em que tiver que dar a palavra final sobre os ajustes de nossas relações financeiras internacionais, delimitando os termos compatíveis com a dignidade e a preservação do padrão de vida do povo, o Presidente não estará falando apenas em nome do Governo, mas de toda a Nação.